



Agrupamento Vertical 171128

Escola Básica Integrada de Bucelas

R. Marques de Pombal, 36 - 2670-655 Bucelas
Tel.: 219687570 Fax: 219687574

Jardim de Infância de Bucelas

R. Eça de Queirós 2670-652 Bucelas - Tel.: 219680833

Escola Básica do 1º Ciclo da Bemposta

R. da Escola – Bemposta 2670-631 Bucelas - Tel: 219681084

Escola Básica do 1º Ciclo do Freixial

R. Agostinho José da Silva – Freixial 2670-676 Bucelas Tel.:219681080

Escola Básica do 1º Ciclo com JI de Vila de Rei

R. 25 de Abril 2670-678 Bucelas - Tel.: 219681104

Escola Básica 1º Ciclo Nº 3 Stº Antão do Tojal

Casa do Gaiato 2670-000 Loures - Tel.: 219749019 Fax: 219738266

Jardim de Infância de Vila de Rei

R. 25 de Abril 2670-678 Bucelas – Tel. 219683589

Jardim de Infância de Chamboeira

Rua da Escola 2670-678 Bucelas - Tel. 219750988

Auto-avaliação
AGEB

Caderno 26

Abril 2008



NOTA INTRODUTÓRIA

Há cada vez mais escolas a entenderem que a avaliação interna (auto-avaliação) pode ser um instrumento decisivo na melhoria dos processos e de estratégia de desenvolvimento (CNE, 2005).

A nível Europeu, a necessidade de implementação de tal instrumento decorre de duas grandes tendências que caracterizam os sistemas educativos, a descentralização de meios e a definição de objectivos nacionais e de patamares de resultados escolares (Eurydice, 2004).

Em Portugal, não obstante esta prática ainda não estar generalizada, a Lei 31/2002, de 20 de Dezembro vem estabelecer que "a auto-avaliação tem carácter obrigatório,"(artigo 6º). Assumindo-se as questões da auto-avaliação entre os imperativos legal e a necessidade de aderir a uma cultura que permita a prestação de contas, decorrente da maior responsabilidade inerente à autonomia da escola e o desenvolvimento de aprendizagens significativas que proporcionem as soluções mais adequadas à resolução dos seus problemas, decidiu a Assembleia de Escola aprovar, em sede de projecto Educativo, iniciar a implementação de um sistema de auto-avaliação com o objectivo de estudar o desempenho do Agrupamento de Escolas de Bucelas, enquanto unidade básica de mudança (Murrillo, 2003) que quer melhorar o desempenho.

A avaliação interna pretende responder a dois grandes objectivos organizacionais no sentido de preparar a unidade de gestão para (a) a concretização de um contrato de autonomia e uma mais facilitadora prestação de contas e (b) a melhoria da qualidade organizacional e de prestação de serviços.

O Conselho Nacional de Educação (2005) define a melhoria da escola como um processo de elevação continuada da aprendizagem dos alunos e de desenvolvimento da comunidade escolar, que:

- está centrado na escola,
- implica todo o pessoal do estabelecimento,
- constrói uma comunidade de aprendizagem que inclui a comunidade escolar no seu conjunto,
- é conduzido pela reflexão sobre a sua prática e pela literatura da investigação,
- potencia o desenvolvimento contínuo dos professores,
- fomenta a capacidade dos alunos para aprender,
- se centra na análise do ensino e do currículo .

Uma avaliação que, conclui o CNE (2005), "alimenta a melhoria, que produza informação sobre o que se ensina e se aprende na escola, que contribua para uma nova cultura de escola (p.49).

Uma outra dimensão que importa ser considerada é o da proximidade entre a avaliação interna e a avaliação externa. Quanto mais a primeira é sistemática e autónoma, mais a segunda pode tornar – se discreta e complementar (Eurydice 2004).

Assentando nesta perspectiva, torna-se fundamental que o modelo adoptado seja suficientemente flexível para responder às necessidades endógenas de avaliação ao

mesmo tempo que permite uma maior estabilidade à organização perante as exigências da avaliação externa.

Importa, pois, o desenvolvimento de uma avaliação interna participativa que examina de forma sistemática os pontos fortes e fracos do estabelecimento escolar, apoiando-se tanto sobre os problemas identificados pelos diferentes actores da escola como sobre as fontes exteriores de informação, tais como os desempenhos de outras escolas. (CNE 2005)

Também nessa perspectiva considera Meuret, (2002) a auto-avaliação deverá implementar-se de uma maneira durável e útil, e nesse âmbito ser coerente com o funcionamento da escola e com os procedimentos externos de regulação.

De acordo com o nº 6 do normativo supra referido a auto-avaliação, tem um carácter em permanência, e assenta nos termos de análise, seguintes:

- a) Grau de concretização do projecto educativo e modo como se prepara e concretiza a educação, o ensino e as aprendizagens das crianças e alunos, tendo em conta as suas características específicas;
- b) Nível de execução de actividades proporcionadoras de climas e ambientes educativos capazes de gerarem as condições afectivas e emocionais de vivência escolar propícia à interacção, à integração social, às aprendizagens e ao desenvolvimento integral da personalidade das crianças e alunos;
- c) Desempenho dos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas, abrangendo o funcionamento das estruturas escolares de gestão e de orientação educativa, o funcionamento administrativo, a gestão de recursos e a visão inerente à acção educativa, enquanto projecto e plano de actuação;
- d) Sucesso escolar, avaliado através da capacidade de promoção da frequência escolar e dos resultados do desenvolvimento das aprendizagens escolares dos alunos, em particular dos resultados identificados através dos regimes em vigor de avaliação das aprendizagens;
- e) Prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa.

A Avaliação Interna é pois um processo contínuo através do qual uma escola recolhe informações sobre a sua própria realidade, procurando compreender os resultados do conjunto das suas actividades para melhorar a qualidade educativa.

Para tal, sistematizam-se informações, analisam-se colectivamente os resultados, questionam-se formas de organização, administração e acção, identificando-se pontos fracos, pontos fortes e estabelecendo-se estratégias para a superação dos problemas.

A avaliação interna ou auto-avaliação é, portanto, um processo sistemático e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a escola.

Como se pretende fomentar um processo de melhoria parece-nos mais adequado que a avaliação seja sustentada, participativa, a começar pela escolha dos objectos, dos critérios e dos procedimentos, que ficaram a cargo de um grupo de trabalho, nesta fase naturalmente reduzido, e que agora se apresentam.

1. PRINCÍPIOS

Em consonância com os princípios do Sistema Educativo consideramos como princípios norteadores da Avaliação Interna:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BUCELAS - 171128

Sede: Escola Básica Integrada de Bucelas

- Coerente – Estar contextualizada na realidade escolar educativa das escolas do agrupamento;
- Sistemática – Que fortaleça a cultura avaliativa permitindo a identificação de potencialidades e fragilidades organizacionais, reorientando e subsidiando o planeamento, dinâmicas e acções futuras;
- Participativa – se desenvolva numa interacção permanente com a comunidade educativa;
- Transparente – haja transparência do processo avaliativo nas fases de elaboração, implementação, divulgação dos resultados.
- Intencional – vise o melhoramento da dimensão educativa da organização.
- Legitimada – haja um reconhecimento e aceitação da avaliação organizacional pela comunidade escolar.
- Sistémica– Que vise a organização no seu todo.
- Qualidade – Que promova a melhoria da qualidade educacional da organização.

2 - OBJECTIVOS

A auto-avaliação é um processo de avaliação que tem como objectivos:

- Promover a melhoria da qualidade do sistema escolar, da organização da Agrupamento e dos seus níveis de eficiência e eficácia;
- Contribuir para a credibilidade do desempenho do Agrupamento;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de aperfeiçoamento organizacional intencional e sistémica;
- Promover no agrupamento uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade, mediante uma atitude crítica de auto-questionamento, tendo em vista o incremento da qualidade dos processos e a melhoria dos resultados.
- Identificar pontos fortes e fracos da orgânica do Agrupamento, visando a sua potenciação e correcção;
- Acompanhar o desenvolvimento de dispositivos externos de suporte à auto-avaliação nas escolas;

3. MODELO CONCEPTUAL

Utilizando uma metodologia de auto-avaliação com a participação das partes interessadas das Escolas, nomeadamente Pessoal Docente e Não Docente, Alunos e Encarregados de Educação, adopta-se como referência o modelo CAF (Common Assessment Framework - Estrutura de Avaliação Comum).

A CAF permite uma reflexão profunda daquilo que a organização é e quer ser, a definição de objectivos de melhoria sustentada, a escolha das estratégias mais adequadas e a revisão dos processos de trabalho.

A proposta agora apresentada está construída com base no Modelo de Excelência da EFQM (Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade) e no modelo da Universidade Alemã de Ciências Administrativas (Speyer).

A sua utilização constitui o ponto de partida para Melhoria Contínua da organização.

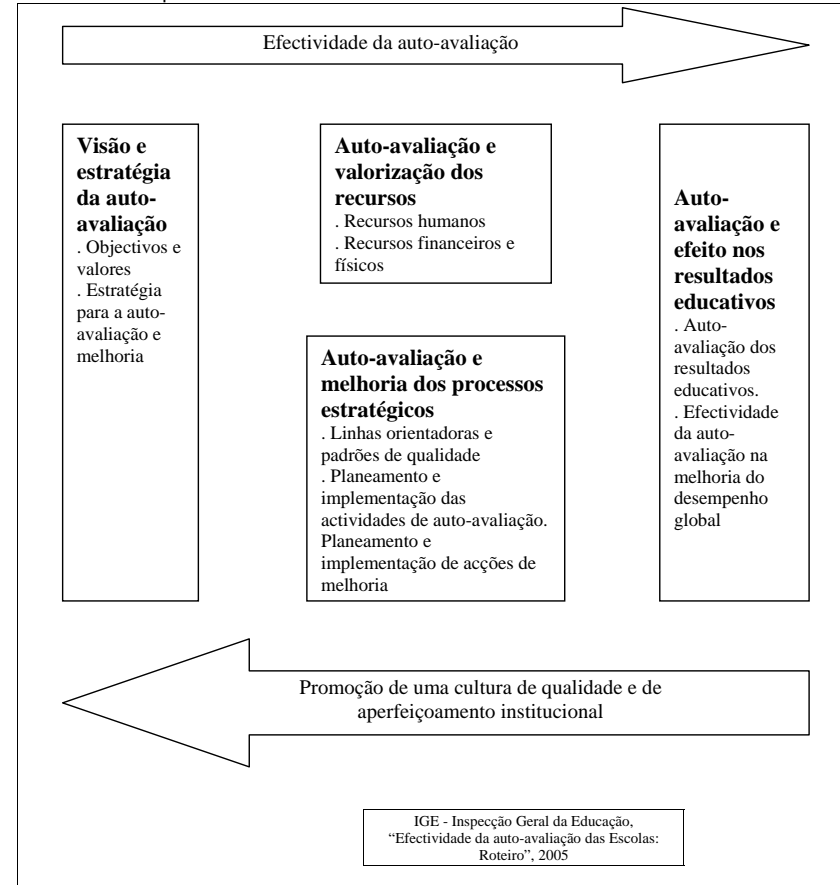
A estrutura apoia-se no modelo proposto pela IGE representado em 4 caixas, que correspondem a 4 áreas chave que integram 9 indicadores, que identificam os principais aspectos a ter em conta numa análise organizacional:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BUCELAS - 171128

Sede: Escola Básica Integrada de Bucelas

Este modelo apresenta como vantagens:

1. Apoiar-se na auto-avaliação, em que todos são chamados a participar;
2. Facilitar a auto-avaliação do Agrupamento com o objectivo de obter um diagnóstico e um plano de acção de melhoria
3. Permitir a definição dos pontos fortes e os pontos a melhorar e estabelecer objectivos e estratégias de progresso;
4. Permitir retratar a evolução de uma organização ao longo do tempo.

Modelo Conceptual**4. METODOLOGIA**

A modelo adoptado para a avaliação interna do AGEB pressupõe um método dinâmico, fundamentado na construção colectiva dos sujeitos, em todas as suas fases,

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BUCELAS - 171128

Sede: Escola Básica Integrada de Bucelas

por meio de um processo participativo em que a comunidade escolar se envolva para sua realização efectiva.

A avaliação interna deverá articular, por sua vez, as dimensões quantitativa e qualitativa, e ser realizada periodicamente para subsidiar o planeamento e a implementação de acções de melhorias.

5. ESTRATÉGIA

A elaboração e implementação da Avaliação Interna compreende uma fase de iniciação, reportando-se ao ano lectivo 2007/2008, em que se introduzirá de forma gradualista uma cultura de avaliação da organização e uma fase avançada com uma equipa mais consolidada e maior conhecimento do sistema de avaliação interna.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO INTERNA

Praticamente todos os processos de avaliação incluem quatro fases: a recolha de informação, o tratamento e a análise da informação recolhida, a redacção do relatório de avaliação e a concretização das mudanças.

A tendência geral é para uma avaliação interna que visa as estratégias e os meios de melhoria da situação existente e uma avaliação externa destinada a controlar a qualidade dos resultados e a garantir que as medidas de melhoria são postas em prática.

1ª – FASE PRELIMINAR

- ✚ Constituição da Equipa de Avaliação
- ✚ Sensibilização: Envolver a comunidade escolar na construção e implementação de um processo de avaliação participativo, fortalecendo a cultura avaliativa no AGEB. Esta etapa estará presente em todas as outras ao longo do processo avaliativo.
- ✚ Planeamento; Definição dos objectivos, estratégias, metodologias, recursos e cronogramas para a realização da avaliação.
- ✚ Apresentação de proposta preliminar à comunidade escolar objectivando a discussão e recolha de sugestões.
- ✚ Sistematização de demandas, ideias e sugestões advindas da comunidade escolar na perspectiva da consolidação do processo avaliativo.

2ª - ETAPA DESENVOLVIMENTO

- ✚ Construção e Validação dos Instrumentos
- ✚ Elaborar instrumentos de recolha de dados de uma forma participativa, respeitando as especificidades e características dos grupos de recolha.
- ✚ Aplicação dos Instrumentos de Avaliação
- ✚ Análise das informações recolhidas

3ª - ETAPA CONSOLIDAÇÃO

- ✚ Elaboração de Relatório Final que aponte os pontos fortes e debilidades e sugestões de melhoria.
- ✚ Análise dos procedimentos, estratégias e instrumentos utilizados, constrangimentos e virtualidades do processo que permitam a reformulação do planeamento para uma acção futura.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BUCELAS - 171128

Sede: Escola Básica Integrada de Bucelas

4ª ETAPA - A MUDANÇA

- ✚ O assumir por parte de todos os actores educativos das sugestões apontadas e a implementação das correspondentes medidas.

7. A EQUIPA

A implementação desta metodologia de auto-avaliação implica num futuro próximo a constituição de uma maior equipa mais alargada, constituída por elementos internos e externos. A equipa interna é constituída por docentes do agrupamento. Em tempo útil poder-se-á recorrer a apoio técnico externo para o apoio ao processo.

8. TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS

O instrumento adoptado para recolha de dados será basicamente o de questionários fechados dirigido ao universo da população escolar ou por amostra.

Poder-se-á recorrer ao tratamento documental nomeadamente dos instrumentos de autonomia.

9. LIMITAÇÕES

Para o corrente ano lectivo, início do processo, os objectivos da avaliação interna são necessariamente modestos pelas seguintes razões:

1. falta de uma cultura de auto-avaliação;
2. os documentos fundamentais da autonomia foram recentemente construídos e estão a ser assumidos pela comunidade escolar de forma gradual;
3. a equipa é reduzida e carece de formação.

Referências Bibliográficas:

CNE (Ed.), Estudo sobre *Avaliação das Escolas: Fundamental Modelos e Operacionalizar Processos*, Lisboa: Conselho Nacional da Educação.

EURYDICE. (2004). *A Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino à Lupa*. Bruxelles: EURYDICE.

Meuret, Denis (2002). O papel da auto-avaliação dos estabelecimentos de ensino na regulação dos sistemas educativos, in Costa, Jorge Adelino, Neto-Mendes, António e Ventura, Alexandre (org.), *Avaliação de Organizações Educativas*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 39-50.

Murillo, F. Javier (2003). El movimiento teórico-práctico de mejora de la escuela. Algunas lecciones aprendidas para transformar los centros docentes, *REICE*, Vol. 1, nº 2 - <http://www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol1n2>.

Portugal, Ministério da Educação, Inspeção-Geral da Educação (2002). *Avaliação Integrada das Escolas. Apresentação e Procedimentos*, Lisboa: Inspeção-Geral da Educação.

Portugal, Ministério da Educação, Inspeção-Geral da Educação (2005). *Efectividade da auto-avaliação das escolas - roteiro*, Lisboa: Inspeção-Geral da Educação,